

# Impasse<sup>333</sup> na regulamentação da Constituição

Acabou em impasse a reunião de ontem dos líderes de partidos para definir a urgência de votação de matérias constitucionais que precisam de regulamentação. O PFL está sendo o principal obstáculo para qualquer acordo porque o líder do partido, deputado José Lourenço (BA), diz que só vota projetos de lei que regulamentem qualquer dispositivo da Constituição após a aprovação do regimento interno da Câmara dos Deputados.

Por trás da atitude do PFL estaria, no entanto, o interesse do Governo em não ver aprovado pelo Congresso, agora, um projeto de lei regulamentando o salário mínimo. A principal razão para isso é o temor de que haja um aumento muito grande nas correções que a Previdência terá que fazer no salário dos aposentados, já que pela Constituição essa correção tem que ser feita de acordo com o número de salários mínimos que o pensionista

recebia na época em que se aposentou. O Governo tem prazo de cinco meses para fazer essa correção e por isso não deseja um aumento muito substancial para o mínimo.

## Pressões

O PFL quer também pressionar a esquerda a aceitar a votação do projeto de lei que regulamenta a greve nos serviços essenciais. O deputado Inocêncio de Oliveira (PE) dá a senha do Governo ao afirmar que todas essas questões podem ser resolvidas agora através de uma medida provisória do Executivo, que seria examinada depois pelo Congresso, após a aprovação do regimento interno da Câmara.

José Lourenço diz que o seu partido não está impedindo a votação das matérias. "Temos só pouco mais de 100 deputados, portanto, se os outros partidos quiserem podem aprovar sozinhos as matérias", afirma, e acrescenta: "Não tenho medo da opinião pública. As-

sumo o que faço".

O deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), presente à reunião, não acredita nos argumentos do PFL e revela que ontem o vice-líder Inocêncio de Oliveira sugeriu urgência para a votação de um projeto regulamentando o funcionamento do Tribunal de Justiça, e dos cinco Tribunais Regionais Federais, todos criados pela Constituição.

Na reunião de ontem, o PT e o PDT firmaram posição sobre uma outra questão de interesse exclusivo dos parlamentares: só votam o decreto legislativo que regulamenta os subsídios dos deputados, após a votação do salário mínimo. O líder do PMDB, deputado Ibsen Pinheiro, fez um apelo para que os demais líderes retirem as suas intransigências e pergunta: "A quem interessa não apreciar estas questões graves? Ao trabalhador que não é".